

AVISO-CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2014-2020 (MADEIRA 14-20)

EIXO PRIORITÁRIO 3

Reforçar a Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME)

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO (PI)

3.c. Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

OBJETIVO ESPECÍFICO

3.c.1 Desenvolver ações vocacionadas para a melhoria da capacidade competitiva das empresas regionais com o objetivo de consolidar o crescimento económico e acrescentar valor aos processos e aos bens e serviços

TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

B9. CRII - Qualificação e inovação das PME

DOMINIOS DE INTERVENÇÃO

01. Investimento produtivo genérico em pequenas e médias empresas (PME)

DESIGNAÇÃO SINTÉTICA DO ÂMBITO DO AVISO

Instrumentos Financeiros (IF) COVID-19 - Fundo de Contragarantia (FCG) através de mecanismo de dívida/garantia às PME, cofinanciado pelo PO Madeira 14-20 para empresas afetadas pela COVID 19.

DATA DE ABERTURA: 12 de maio de 2021

DATA DE ENCERRAMENTO: 11 de junho de 2021 ÀS 17HORAS

AVISO FEDER- M1420-B9-2021-07

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2014-2020

Preâmbulo

O Acordo de Parceria “Portugal 2020” atribui grande relevância à mobilização de Instrumentos Financeiros (IF), cofinanciados por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), para apoio às necessidades de financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PME) portuguesas, prevendo a adoção de um leque alargado de IF, com a natureza de (i) dívida e garantias e de (ii) capital e quase-capital procurando, por essa via, responder a constrangimentos verificados no financiamento das PME que têm objetivos alinhados com os dos Programas Operacionais (PO), bem como aproveitando o elevado efeito multiplicador deste tipo de instrumentos.

As Autoridades Nacionais concluíram o exercício de avaliação ex ante que constitui condição necessária à implementação dos IF, de acordo com o n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) N.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na sua redação atual. A avaliação ex ante relativa aos IF teve como objetivo fundamental avaliar as falhas de mercado e as consequentes necessidades de financiamento das PME.

De acordo com o modelo de governação dos FEEI, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, podem exercer funções de gestão, mediante delegação da autoridade de gestão, as entidades públicas ou privadas que assegurem condições para melhorar os níveis de eficácia e de eficiência ou para superar insuficiências qualitativas ou quantitativas de recursos técnicos, humanos ou materiais das autoridades de gestão.

É opção da Autoridade de Gestão (AG) do PO Madeira 14-20, com base n.º7 do artigo 123º do Regulamento (EU) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro de 2013 alterado pelo Regulamento (UE), n.º 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de julho, bem como nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 38º do Regulamento 1303/2013, na sua atual redação, pela capacidade técnica e experiência do IDE, IP-RAM e à semelhança do que já aconteceu no anterior quadro comunitário, para a Engenharia Financeira e para os sistemas de incentivos, delegar neste Instituto, através de contrato de delegação de competências, competências de gestão quando estão em causa instrumentos financeiros a financiar pelo PO Madeira 14-20, passando o IDE, IP-RAM a exercer em nome dessa autoridade de gestão essas competências em relação aos beneficiários que executam as operações.

O IDE, IP-RAM foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/99/M, de 30 de novembro, tendo por objeto a promoção do desenvolvimento empresarial e o apoio, direto ou indireto, ao fortalecimento e modernização das estruturas empresariais da Região Autónoma da Madeira, nos sectores secundário e terciário, em especial no que se refere às pequenas e médias empresas.

O IDE, IP-RAM, de acordo com os seus estatutos, tem por missão prestar apoio, técnico e financeiro, ao tecido empresarial da Região Autónoma da Madeira, orientado para apoiar e direccionar as PME viáveis na utilização dos meios e sinergias existentes com o intuito de colmatar as falhas de mercado e estimular o investimento, podendo esses apoios assumir a forma de:

- a) Comparticipações financeiras diretas;

- b) Empréstimos, nomeadamente em regime de cofinanciamento com instituições de crédito ou parabancárias;
- c) Subscrição de obrigações e de fundos consignados;
- d) Empréstimo reembolsável com bonificação da taxa de juro;
- e) Subsídio reembolsável com bonificação da taxa de juro;
- f) Prestação de garantias;
- g) Participações no capital.

Relativamente ao IF Dívida/Garantia, e à semelhança do anterior quadro comunitário, o IDE, IP-RAM igualmente assegurará as competências de gestão delegadas pela AG.

Enquadram-se nas obrigações as tarefas destinadas a assegurar o adequado enquadramento das operações, bem como o alinhamento das operações com as regras nacionais e comunitárias.

1. Objetivos e prioridades visadas

No âmbito deste aviso, pretende-se através do reforço deste instrumento financeiro, conceder garantias à Sociedade de Garantia Mútua (SGM), que por sua vez garantirão financiamentos bancários às PME e/ou garantias via PO Madeira 14-20, de forma a financiar necessidades de tesouraria, nomeadamente para pagamento de custos de salários e fundo de manuseio das PME da Região Autónoma da Madeira afetadas pelo surto do Coronavírus (COVID 19).

Os projetos a apoiar deverão atenuar as medidas restritivas adotadas na Região Autónoma da Madeira (RAM), que apesar de essenciais para travar a propagação da pandemia COVID-19, estão a levar a economia da Região a um estado de congelação profunda sem precedentes e do qual a recuperação não será direta nem automática.

2. Tipologia de Operação

Reforço de dotação do Fundo de Contragarantia Mútuo para a implementação de instrumentos de dívida/garantia com as características gerais da prioridade de investimento:

- 3.c do PO Madeira 14-20: *Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços*

O IF de dívida/garantia a implementar deve ser adequado às prioridades de investimento do Programa Operacional financiador.

O incumprimento do respeito da Tipologia de Operação prevista neste Aviso determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

3. Beneficiário

O beneficiário é o Fundo de Contragarantia Mútuo, gerido pelo Banco Português de Fomento, o qual assegurará a contragarantia das operações de garantia emitidas por Sociedades de Garantia Mútua, para além de cumprir com os requisitos da legislação nacional e comunitária em vigor, que permita operacionalizar o produto financeiro dívida/garantia no âmbito do COVID 19.

4. Área geográfica de aplicação

O presente convite tem aplicação no território da Região Autónoma da Madeira, sendo os financiamentos dos beneficiários finais efetuados no mesmo território.

5. Condições de elegibilidade do beneficiário e da operação

Tendo em conta o previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 e no n.º 1 do Artigo 7.º do Regulamento (UE) n.º 480/2014, na sua atual redação, o beneficiário deverá satisfazer as seguintes condições de elegibilidade:

- a) Estar legalmente constituído;
- b) Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do contrato;
- c) Poder legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO financiador e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidata;
- d) Possuir, ou poder assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação, designadamente capacidade adequada para a criação e acompanhamento dos IF;
- e) Garantir a independência dos membros dos órgãos sociais, em especial na medida em que possam originar conflito de interesses com IF a implementar;
- f) Possuir um sistema de controlo interno eficaz e eficiente;
- g) Ter a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- h) Apresentar uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrar ter capacidade de financiamento da operação;
- h) Aceitar ser auditado pela entidade de auditoria do Estado-Membro, pela Comissão, pelo Tribunal de Contas Europeu, bem como pela autoridade nacional de certificação, comprometendo-se a fornecer todos os elementos necessários ao acompanhamento dos IF pelo Programa Operacional da Madeira 14-20 de forma contínua.

Destinando-se o Fundo a apoiar projetos de beneficiários finais através de Instrumentos Financeiros de dívida e garantia, deverão ser tidos em conta pelo beneficiário os seguintes critérios mínimos de elegibilidade:

- i. Os intermediários financeiros, bem como os investidores ou os gestores de fundos, devem ser selecionados através de um concurso aberto, transparente e não discriminatório em conformidade com a legislação da União e nacional aplicável, destinado a criar mecanismos adequados de partilha risco-remuneração em que, para investimentos que não garantias, deve ser dada preferência à participação assimétrica nos lucros em detrimento da proteção face a uma evolução desfavorável;

- ii. Em caso de participação assimétrica dos investidores públicos e privados nas perdas, a primeira perda assumida pelo investidor público deve ser limitada a 25% do investimento total;
- iii. O beneficiário deve prever um processo de devida diligência para assegurar uma estratégia de investimento sólida do ponto de vista comercial para fins de implementação dos IF, incluindo uma política adequada de diversificação do risco destinada a alcançar a viabilidade económica e uma escala de eficiência em termos de dimensão e de âmbito territorial da sua carteira de investimentos;
- iv. As contribuições do PO MADEIRA 14-20 para os instrumentos financeiros devem ser objeto de uma contabilidade separada e destinam-se a ser utilizadas, de acordo com os objetivos dos FEEI respetivos, para apoiar ações e beneficiários finais que correspondam ao programa ou programas que asseguram essas contribuições;
- v. Nos concursos para seleção dos IF e respetivos intermediários financeiros, devem ser previstos mecanismos de flexibilidade de dotações durante o período de execução, sempre dentro das dotações do PO MADEIRA 14-20, devendo para tal ser fixadas metas nos acordos de financiamento que podem determinar reduções ou reforços das dotações atribuídas inicialmente a cada concorrente;
- vi. O beneficiário deve assegurar que não estabelece nem mantém relações comerciais com entidades sediadas em territórios cujas jurisdições não cooperam com a União no que toca à aplicação das normas fiscais internacionalmente acordadas e deve transpor esses requisitos nos seus contratos com os intermediários financeiros selecionados;
- vii. Os reembolsos gerados através de instrumentos financeiros são reutilizados para o mesmo fim ou em conformidade com os objetivos e segundo as regras do PO MADEIRA 14-20, até ao seu encerramento, sendo a sua utilização definida por deliberação da AG;
- viii. A aplicação e a gestão dos reembolsos após o encerramento de contas do PO MADEIRA 14-20 são definidas, observando a legislação e as orientações europeias aplicáveis, designadamente as regras inerentes às ajudas de Estado definidas pela Comissão Europeia.

Dada urgência imperiosa em apoiar as PME regionais, devido à crise pandémica, os Instrumentos Financeiros entraram em funcionamento no 2.º Trimestre de 2020 e o financiamento dos beneficiários finais será concretizado no limite até o esgotamento da verba, sem prejuízo das metas e calendários definidos da Autoridade de Gestão, que poderá ditar, em sede de decisão, a antecipação dos indicadores de realização e resultado nos termos da aprovação do PO Madeira 14-20.

São elegíveis os projetos inseridos em atividades económicas, de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE), Revisão 3, definidas em sede de Protocolo e em cumprimento com as regras FEDER e de Auxílio de Estado, e considerando as exclusões referidas no ponto 2. do Anexo II do presente Aviso.

6. Despesas Elegíveis

São consideradas despesas elegíveis para efeitos do PO Madeira 14-20:

- a) Recursos autorizados para contratos de garantia e contragarantias, através do reforço de Fundo de Contragarantia (FCGM);
- b) Contribuições para bonificação de comissões de garantia e/ou bonificação de juros;
- c) Custos de gestão reais.

7. Critérios de seleção

A avaliação da candidatura será efetuada de acordo com os n.ºs 1, 2 e 3 do Anexo I do Aviso e com base no Mérito do Projeto (MP), calculado em função dos seguintes critérios:

- A. Qualidade da candidatura;
- B. Adequação dos instrumentos aos objetivos visados;
- C. Capacidade demonstrada pela equipa de gestão para a gestão do IF;
- D. Capacidade demonstrada para mobilização de recursos.

O cálculo do Mérito do Projeto (MP) é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares, atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MP arredondado à centésima e determinado pela seguinte fórmula:

- $MP = 0,25 A + 0,30 B + 0,30 C + 0,15 D$

Os projetos que obtenham uma pontuação superior a 1,00 em cada critério (A, B, C e D) e uma pontuação global do Mérito do Projeto igual ou superior a 3,00 serão considerados como elegíveis.

8. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente convite ao FCGM deverá submeter uma candidatura para a PI que esteja associada a este IF.

9. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

Tendo em consideração as taxas de cofinanciamento previstas no PO MADEIRA 14-20, o IF a apresentar pelo FCGM deverá ter a taxa máxima de cofinanciamento de FEDER de 85%.

10. Pagamentos

O pagamento da contribuição financeira, do PO MADEIRA 14-20 ao Fundo, deverá ser faseado ao longo da execução e obedecer, de acordo com o artigo 41.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, com a sua redação atual, aos seguintes critérios:

- i. O montante da contribuição financeira do PO pago em cada pedido de pagamento, não pode exceder 25% da contribuição afeta no âmbito do acordo de financiamento;
- ii. O primeiro pagamento, de até 25% da contribuição do PO, será liquidado após a assinatura do acordo de financiamento;
- iii. O segundo pedido de pagamento só pode ser efetuado quando pelo menos 60% do montante incluído no 1.º pedido de pagamento tiver sido despendido como despesa elegível, tal como definida nos n.ºs 1 e 2 do ponto VII;
- iv. O terceiro e subsequentes pedidos de pagamento só podem ser efetuados, quando pelo menos 85% dos montantes incluídos nos pedidos de pagamento anteriores tiverem sido despendidos como despesa elegível, tal como definida nos n.ºs 1 e 2 do ponto VII.

Os pagamentos da contribuição serão efetuados, pelo PO MADEIRA 14-20, por transferência bancária para a conta de depósitos à ordem do IDE, IP RAM.

O IDE, IP RAM deverá proceder à transferência bancária dos montantes recebidos do PO MADEIRA 14-20, para a conta de depósitos à ordem do Fundo.

11. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se. Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Linha de atendimento

Os pedidos de informação e esclarecimentos devem ser efetuados no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt/>) da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, através do Suporte ao Balcão 2020, no menu “**Contacte-nos**” e pode ser consultado o **Guia Rápido de Utilização - SSN2020 disponível no menu Legislação e Normas/Guias**, (ex.: credenciação de beneficiários, formulário de candidatura, dificuldades de submissão das candidaturas) e também poderá ser consultado o menu **FAQ** com um conjunto de perguntas e respostas.

Os pedidos de informação ou esclarecimentos podem também ser enviados para o endereço de correio: idr@madeira.gov.pt.

Ao abrigo deste concurso o prazo para a apresentação de candidatura decorre de 12 de maio de 2021 a 11 de junho de 2021 (até as 17 horas).

12. Procedimentos de análise e decisão da candidatura

A candidatura é analisada e selecionada de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos neste Convite.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir à candidatura é proferida pela Autoridade de Gestão (AG) do PO MADEIRA 14-20 no prazo máximo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do Convite.

No âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas é emitido, no prazo máximo de 60 dias úteis a contar da data de encerramento do presente concurso, um parecer de análise da candidatura por parte da AG do PO MADEIRA 14-20.

A decisão é notificada pela AG do PO MADEIRA 14-20, ao beneficiário no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

13. Formalização da decisão

A formalização da decisão da concessão do apoio é feita mediante a celebração de acordo de financiamento entre a Autoridade de Gestão, o IDE, IP RAM, e o FCGM, o qual é submetido eletronicamente após assinatura pelas partes.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o acordo de financiamento no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato.

O acordo de financiamento, com base no n.º 1 do Anexo IV do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, na sua atual redação, deve incluir pelo menos os seguintes elementos:

- a) Estratégia ou política de investimento, incluindo medidas de execução, produtos financeiros a disponibilizar, os destinatários finais visados e a combinação com o apoio de subvenções prevista (se for o caso);
- b) Um plano de atividades ou documentos equivalentes para aplicar o instrumento financeiro, incluindo o efeito de alavancagem esperado a que se refere o artigo 37.º, n.º 2;
- c) Os resultados que o instrumento financeiro em causa deverá alcançar para contribuir para os objetivos e resultados específicos da prioridade pertinente;
- d) Disposições para monitorizar a aplicação dos investimentos e dos fluxos de transações (deal flows), designadamente relatórios do instrumento financeiro ao fundo de fundos e/ou à autoridade de gestão para garantir o cumprimento do disposto no artigo 46.º;
- e) Requisitos de auditoria, tais como requisitos mínimos de documentação a manter a nível do instrumento financeiro (e a nível do fundo de fundos, consoante o caso), e requisitos relativos à manutenção de registos separados para as diferentes formas de apoio, de acordo com o artigo 37.º, n.ºs 7 e 8 (se for o caso), incluindo disposições e requisitos relativos ao acesso aos documentos pelas autoridades de auditoria dos Estados-Membros, pelos auditores da Comissão e pelo Tribunal de Contas Europeu a fim de garantir um registo claro das auditorias, em conformidade com o artigo 40.º;
- f) Requisitos e procedimentos para gerir a contribuição faseada prestada pelo programa, de acordo com o artigo 41.º e para a previsão de fluxos de transações, incluindo requisitos para as contas bancárias/separadas, tal como dispõe o artigo 38.º, n.º 6;
- g) Requisitos e procedimentos para gerir os juros e outras receitas geradas na aceção do artigo 43.º, incluindo operações de gestão de tesouraria/investimentos aceitáveis, bem como as responsabilidades e responsabilização das partes em causa;
- h) Disposições relativas ao cálculo e pagamento dos custos de gestão incorridos ou das taxas de gestão do instrumento financeiro;
- i) Disposições relativas à reutilização de recursos resultantes do apoio dos FEEI até ao termo do período de elegibilidade, em conformidade com o artigo 44.º;

- j) Disposições relativas à utilização de recursos imputáveis ao apoio dos FEEI após o termo do período de elegibilidade, de acordo com o artigo 45.º e uma estratégia de saída no âmbito da contribuição dos FEEI do instrumento financeiro;
- k) Condições para a eventual retirada ou retirada parcial de contribuições do programa a partir dos programas para os instrumentos financeiros, incluindo o fundo de fundos, se for o caso;
- l) Disposições para garantir que os organismos que executam os instrumentos financeiros os gerem com independência e de acordo com as normas profissionais pertinentes e agem no interesse exclusivo das partes que prestam contribuições para o instrumento financeiro;
- m) Disposições para a liquidação do instrumento financeiro;
- n) Disposições sobre a avaliação e seleção dos organismos que executam os instrumentos financeiros, incluindo através de convites à manifestação de interesse ou do procedimento de concurso público.

14. Dotação do Fundo

A dotação orçamental FEEI (FEDER) afeta ao presente Concurso, no âmbito do Programa Operacional Madeira 14-20, é no montante máximo de 13.635.263,00 euros (treze milhões e seiscentos e trinta e cinco mil duzentos e sessenta e três euros):

Dotação Regional	Linha Específica (em euros)	
	PO Madeira 3.c (PI 3.c)	TOTAL
2.406.222,88	13.635.263,00	16.041.485,88

Ao fim de 6 meses após o acordo de financiamento será efetuada a primeira avaliação da execução da presente medida. Novas avaliações serão realizadas semestralmente até ao final do período de vigência da presente medida.

15. Obrigações do Fundo de Contragarantia

O FCGM, através da sua sociedade gestora, obriga-se a:

- a) Demonstrar a utilização dos montantes financiados pelo PO Madeira 14-20 nas aplicações previstas na presente medida, até 90 dias após o prazo final da execução do projeto;
- b) Elaborar plano de atividades;
- c) Assegurar a adequada publicitação dos apoios Portugal 2020 e FEDER junto das empresas destinatárias e do público em geral, mediante a criação e controlo de mecanismos, da sua responsabilidade, adequados ao efeito;
- d) Assegurar a existência de um sistema de informação adequado ao reporte junto do IDE, IP-RAM sobre a execução das atividades financiadas pelo PO Madeira 14-20, nomeadamente as garantias prestadas pelas SGM e respetivas contragarantias, bem como as garantias

executadas, cuja atualização será contínua, permitindo o desempenho de funções de acompanhamento, avaliação e controlo pelos órgãos de gestão;

- e) Colaborar com o IDE, IP-RAM no desenvolvimento das atividades de avaliação de resultados alcançados e impacto do projeto;
- f) Assegurar, em processo de acompanhamento, a organização de dossier contendo todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações, declarações prestadas, bem como todos os documentos comprovativos da realização das aplicações efetuadas, e disponibilizá-lo para consulta a qualquer momento pelos organismos intervenientes no financiamento deste sistema de apoio, bem como às entidades por eles contratadas para o efeito;
- g) Assegurar a manutenção do dossier, conforme enunciado na alínea anterior, pelo prazo de três anos após a data de encerramento dos programas financiadores do Portugal 2020, contendo todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações, declarações prestadas, bem como todos os documentos comprovativos da realização das aplicações efetuadas, e disponibilizá-lo para consulta a qualquer momento pelos organismos intervenientes no financiamento, bem como às entidades por eles contratadas para o efeito;
- h) Realizar o reporte periódico de acompanhamento dos projetos investidos e, sempre que aplicável, utilizar as check-lists disponibilizadas;
- i) Remeter os relatórios e contas anuais, no prazo de 30 dias a contar da data da respetiva aprovação por email para geral@ideram.pt ou através de outro Sistema de Informação a indicar pelo IDE, IP-RAM;
- j) Certificar que as verificações do enquadramento dos beneficiários finais e da finalidade do financiamento foram realizadas, bem como não se encontram ultrapassados os limites máximos dos auxílios definidos na legislação europeia aplicável, conforme referido no ponto 18 da Ficha de Produto do Anexo II;
- k) Reembolsar as contribuições do programa afetadas por irregularidades, pelos respetivos juros e quaisquer outros ganhos por elas geridos;
- l) Não obstante, o intermediário financeiro não é responsável pelo reembolso dos montantes referidos na alínea anterior, desde que demonstre que no caso da irregularidade em questão estão preenchidas as seguintes condições:
 - i. A irregularidade ocorreu ao nível dos beneficiários finais;
 - ii. O intermediário financeiro atuou em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 480/2014 de 3 de março, na sua redação atual, em relação às contribuições do programa afetadas pela irregularidade;
 - iii. Os montantes afetados pela irregularidade não podem ser recuperados, apesar de o intermediário financeiro ter envidado todos os esforços legais e contratuais para o efeito.

16. Identificação dos indicadores de resultado e de realização a alcançar

Nos Instrumentos Financeiros a propor pelo Banco de Fomento devem ser incluídos e contratualizados indicadores de realização e de resultado, nomeadamente os seguintes:

Código Indicador	Tipo de Indicador	Designação do indicador	Unidade de medida
O.03.03.02.C	Realização	Empresas que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções	N.º
O.03.03.07.C	Realização	Aumento do emprego em empresas apoiadas	ETI
CV21	Realização	Financiamento do fundo de maneo das PME com exceção de subvenções (instrumentos financeiros) em resposta à COVID-19 (custo público total)	€
CV23	Realização	Número de PME apoiadas através de financiamento para fundo de maneo com exceção de subvenções (instrumentos financeiros) em resposta à COVID-19	N.º
R.03.03.01.E	Resultado	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Ver. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de Inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação	%

17. Outras informações

A proposta de investimento (Plano de Negócio) do Instrumento Financeiro (IF) deverá incluir informação sobre os seguintes pontos:

1. Descrição do Projeto

Sumário da **proposta (Plano de Negócio) do Instrumento Financeiro (IF)** deverá incluir informação sobre os seguintes pontos:

Mercado

- Descrição do mercado alvo do IF;
- Colaboração com parceiros (nomeadamente universidades, outras entidades financeiras de crédito e outras entidades do Sistema Nacional de Garantia Mútua);

Estratégia de Investimento

- Foco do Fundo de Contragarantia (FCG), incluindo fases de desenvolvimento e setor económico;
- Dimensão do IF e investimento estimado na Região Autónoma da Madeira;
- Descrição do processo de análise, avaliação e seleção de projetos para investimento;
- Termos de liquidação do IF, incluindo a devolução de recursos.

Gestão

- Perfil e CV resumido dos membros relevantes da equipa de gestão do FCG e, em particular, da Entidade Gestora do Fundo, incluindo funções de cada elemento, quem estará em dedicação total e dedicação parcial, etc.;
- Experiência da equipa e função dos seus membros em gestão de fundos de garantia e contragarantia;
- Descrição da estrutura legal e de governação do IF;

- Estrutura de capital da entidade gestora do IF;
- Informação sobre o processo de decisão de financiamento e acompanhamento;
- Independência da equipa de gestão, identificando potenciais conflitos de interesse e medidas para lidar com os mesmos.

A elaboração do plano de negócio deverá ainda ter em conta os critérios de seleção constantes do Anexo I deste aviso.

Embora não esteja definido um tamanho para o documento, é valorizada a apresentação de uma candidatura clara e concisa.

Declarações

O concorrente declara estar legalmente constituído, ou que estará na data de assinatura do acordo de financiamento.	<input type="checkbox"/>
O concorrente declara ter a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do acordo de financiamento.	<input type="checkbox"/>
O concorrente declara que pode legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações a que se candidata.	<input type="checkbox"/>
O concorrente declara possuir, ou poder assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação.	<input type="checkbox"/>
O concorrente declara ter uma situação económico-financeira equilibrada e demonstra ter capacidade de financiamento da operação.	<input type="checkbox"/>
O concorrente declara possuir um sistema de controlo interno eficaz e eficiente.	<input type="checkbox"/>
O concorrente declara não ter apresentado outra candidatura ao mesmo aviso, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.	<input type="checkbox"/>
O concorrente garante a independência dos membros dos órgãos sociais, em especial na medida em que possam originar conflito de interesses com IF a implementar.	<input type="checkbox"/>
O concorrente declara que não estabelece nem mantém relações comerciais com entidades sediadas em territórios cujas jurisdições não cooperam com a União no que toca à aplicação das normas fiscais internacionalmente acordadas.	<input type="checkbox"/>
O concorrente declara aceitar ser auditado pela entidade de auditoria do Estado-Membro, pela Comissão, pelo Tribunal de Contas Europeu, bem como pela autoridade nacional de certificação e comprometendo-se a fornecer todos os elementos necessários ao acompanhamento dos IF pelo IDE, IP-RAM e pelo Programa Operacional financiador de forma contínua.	<input type="checkbox"/>
O concorrente apresenta as declarações referidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, de acordo com os modelos apresentados no seu Anexo II e Anexo III, respetivamente.	<input type="checkbox"/>

18. Reporte de Informação

O FCG disponibilizará ao IDE, IP-RAM informação, cuja atualização será contínua, sobre a execução do IF em formato e âmbito definidos, em cumprimento dos requisitos dos FEEL, conforme será especificado no acordo de financiamento.

O presente aviso, bem como outras peças e informações relevantes, nomeadamente a legislação, a matriz de critérios de seleção, os regulamentos aplicáveis, o glossário de termos utilizados e as regras de publicitação dos apoios em questão, encontram-se disponíveis quer no site do Madeira14-20, quer em www.ideram.pt.

Organismo Intermédio

Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM
Avenida Arriaga, 21 A, Edifício Golden, 3º Piso
9004-528 Funchal
ide@madeira.gov.pt
telefone: + 351 291 202 170

Autoridade de Gestão

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
Travessa do Cabido, nº 16
9000-715 Funchal
idr@madeira.gov.pt
telefone: + 351 291 214 000

A Autoridade de Gestão do Programa Madeira 14-20

Anexo I - Referencial de Análise de Mérito de Projeto

A seleção do Fundo de Contragarantia (FCG) para receber financiamento do PO Madeira 14-20 será efetuada através de uma avaliação com base no Mérito do Projeto (MP), calculado em função dos seguintes critérios:

- A. Qualidade da candidatura;
- B. Adequação dos instrumentos aos objetivos visados;
- C. Capacidade demonstrada pela equipa de gestão para a gestão do IF;
- D. Capacidade demonstrada para mobilização de recursos.

Considerando a seguinte fórmula:

$$MP = 0,25 A + 0,35 B + 0,25 C + 0,15 D$$

Cada critério e subcritério são pontuados numa escala de 1 a 5 (do menor/menos adequado ao maior/mais adequado), sendo o resultado do MP arredondado à centésima. Para que possa ser elegível, o projeto tem que obter uma pontuação final de MP superior ou igual a 3,00 e uma pontuação superior a 1,00 em cada um dos critérios A, B, C e D.

Os projetos serão hierarquizados por ordem de pontuação, sendo o resultado do MP arredondado à centésima e, em caso de empate, sendo considerado, nomeadamente, o critério de desempate disposto no n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014.

Critério A. Qualidade da candidatura

O presente critério pretende avaliar (i) o grau de importância do projeto candidatado, atenta a conjuntura económica e financeira e os objetivos de política pública preconizados e (ii) o grau de importância do projeto para a colmatação de insuficiências dos mercados financeiros, sendo para o efeito utilizados os seguintes subcritérios:

A1. Coerência e pertinência da candidatura face aos objetivos visados (pretende avaliar o grau de importância do projeto candidatado, atenta a conjuntura económica e financeira e os objetivos preconizados de política pública preconizados);

A2. Sustentação das ações previstas com base no diagnóstico das insuficiências dos mercados financeiros - avaliação *ex ante* (pretende avaliar o grau de coerência da candidatura face às insuficiências de mercado identificadas na avaliação *ex ante*).

Em que:

$$A = 0,60 A1 + 0,40 A2$$

Critério B. Adequação dos instrumentos aos objetivos visados

O presente critério pretende avaliar o impacto do projeto na melhoria das condições de financiamento das PME, bem como a forma de identificação e escolha dos intermediários financeiros e a adequação do nível de despesas de gestão previstos, sendo para o efeito utilizados os seguintes subcritérios:

B1. Metodologia de identificação e seleção dos intermediários financeiros (pretende avaliar se a metodologia de identificação e seleção dos intermediários financeiros cumpre o disposto na regulamentação aplicável e se é adequada à satisfação dos objetivos e prioridades definidos no ponto 1 deste Aviso);

B2. Efeitos no acesso e no custo do financiamento por parte de PME (pretende avaliar os efeitos no acesso e no custo do financiamento por parte de PME);

B3. Nível das despesas de gestão (pretende avaliar se as despesas de gestão propostas se encontram de acordo com os limiares regulamentares aplicáveis e se estão adequadas aos trabalhos a desenvolver pelo Intermediário Financeiro).

Em que:

$$B = 0,25 B1 + 0,50 B2 + 0,25 B3$$

Critério C. Capacidade demonstrada para gestão do IF

O presente critério pretende avaliar o modelo de governo do IF, a capacidade para demonstrar aumento do nível de atividade em comparação com o atual, para além da adequação das medidas propostas para evitar conflitos de interesses, sendo para o efeito utilizados os seguintes subcritérios:

C1. Capacidade para demonstrar aumento do nível de atividade em comparação com o atual (pretende avaliar a capacidade de melhoria e aumento do nível de atividade em comparação com o atual);

C2. Medidas propostas para evitar conflitos de interesses (pretende avaliar as medidas proposta para evitar conflitos de interesses).

Em que:

$$C = 0,50 C1 + 0,50 C2$$

Critério D. Capacidade demonstrada para mobilização de recursos

O presente critério pretende avaliar o grau de alavancagem dos recursos públicos e a capacidade de mobilização de recursos privados ou outros recursos nacionais para os, sendo para o efeito utilizado o seguinte subcritério:

D1. Efeito alavanca dos recursos do PO Madeira 14-20 e mobilização de recursos financeiros independentes do Portugal 2020 (pretende avaliar o efeito de alavancagem dos recursos do PO Madeira 14-20 e de mobilização de recursos financeiros independentes).

Em que:

$$D = 1,00 D1$$

Anexo II - Ficha de Produto

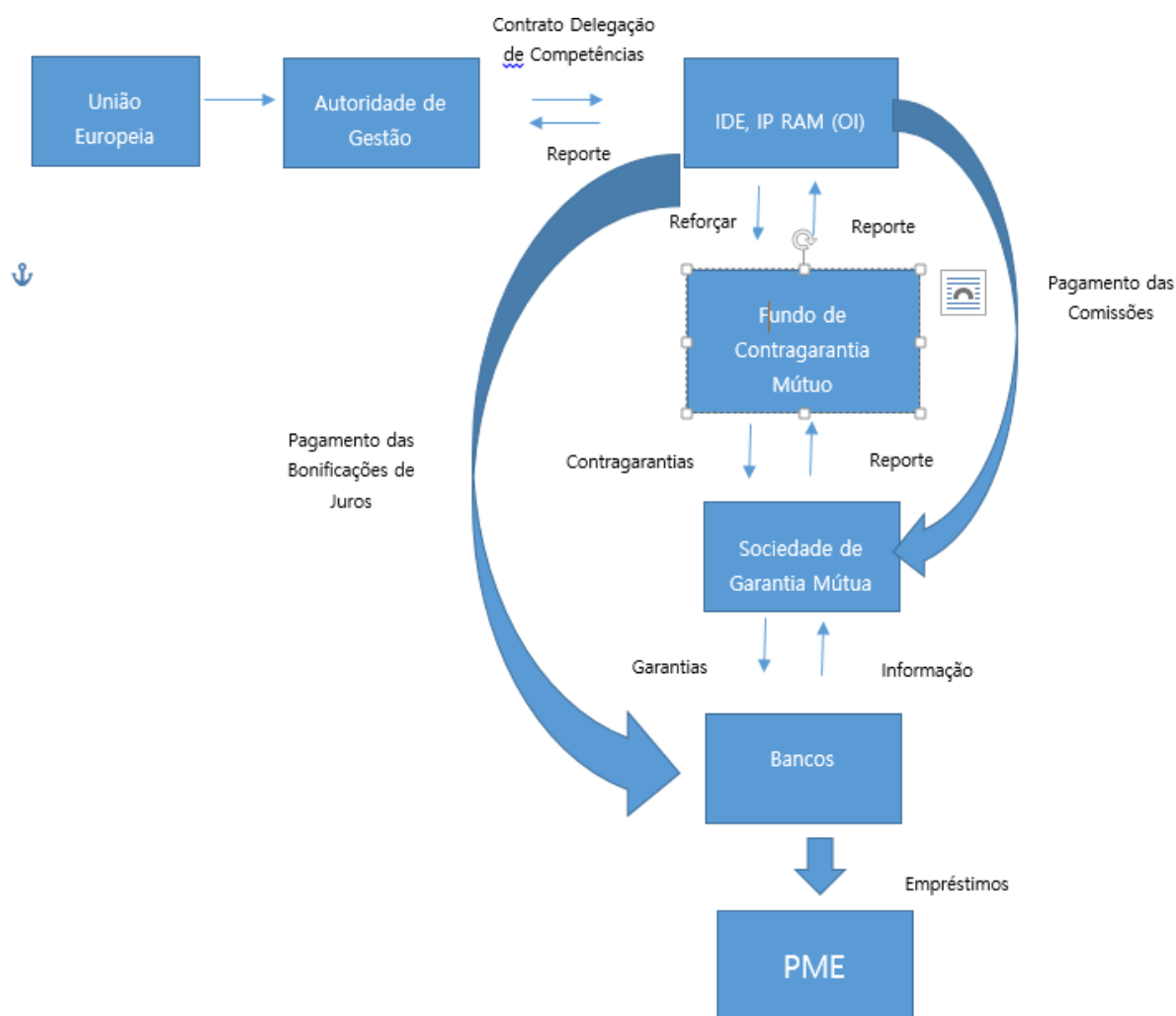
Instrumento Financeiro (IF)

LINHA DE CRÉDITO COM GARANTIA MÚTUA, COVID 19

1. Finalidade

Dotação de Fundo de Contragarantia pelo PO Madeira 14-20 que possibilite a concessão de contragarantias às Sociedades de Garantia Mútua (SGM), que por sua vez prestarão garantias aos financiamentos bancários às PME, afetadas pelo COVID 19.

Representação Esquemática



2. Características do Instrumento Financeiro (IF)

1. Designação do IF	Linhas de Crédito com Garantia Mútua, COVID 19
2. Gestão das Garantias	Intermediário Financeiro selecionado para gerir os fundos provenientes do PO Madeira 14-20 aplicados no Fundo Contragarantia, com vista à prestação de contragarantias e garantias de crédito às PME.
3. Montante máximo previsto para o IF	Até € 16.041.487,00 correspondente à componente de dotação proveniente de FEEI/FEDER e comparticipação regional, de acordo com a: PI 3.c. e tipologia B9 CRII - Qualificação e inovação das PME, destinada a: Apoio à tesouraria das empresas afetadas pelo COVID 19.
4. Prazo de Vigência	O prazo de vigência da presente medida é de até 12 meses após a sua abertura, podendo, após autorização do IDE, IP-RAM, este prazo ser prorrogável por períodos de mais 6 meses, caso a mesma não se esgote nos prazos anteriores, desde que não ultrapasse o limite do prazo dos respetivos auxílios de estado.
5. Maturidade das Operações	A maturidade das operações não poderá exceder os dez anos, iniciando-se a contagem do prazo na data de contratação da operação. O prazo a fixar resultará da negociação entre o Beneficiário Final e o Banco.
6. Operações Elegíveis	Apoio à tesouraria das PME afetadas pelo COVID 19.
7. Cúmulo de Operações	As PME poderão apresentar, através da mesma instituição ou através de várias instituições de crédito, mais do que uma operação. O conjunto das diversas operações não poderá ultrapassar o montante máximo definido por empresa.
8. Período de Carência	O período de carência pode ir até 2 anos, a definir entre o beneficiário final e o Banco, iniciando-se a contagem na data da contratação da operação.
9. Custos de Gestão do IF	Consideram-se custos de gestão elegíveis do fundo de fundos apenas os custos reais incorridos para o funcionamento do IF.
10. Política de Financiamento e Garantias	<u>Garantia Mútua:</u> as operações de crédito a celebrar no âmbito da presente Linha beneficiam de uma garantia autónoma à primeira solicitação prestada pelas SGM, destinada a garantir até 80% do capital em dívida em cada momento do tempo. A garantia autónoma será paga ao Banco no prazo máximo de 30 dias de calendário contados a partir da receção de carta, registada com aviso de receção, solicitando o pagamento dos montantes garantidos e que cumpra todos os demais requisitos constantes do contrato de garantia. <u>Contragarantia das SGM:</u> As garantias emitidas pelas SGM ao abrigo da presente Linha beneficiam de uma contragarantia do FCG selecionado, de até 80% e 100% no caso das linhas COVID, sendo assegurada uma dotação para o FCG selecionado, efetuada, para o efeito, que corresponda a uma alavancagem máxima de 8 vezes.
11. Bonificação da Comissão de Garantia e bonificação de juros	A comissão de garantia aplicável pela SGM, bem como as bonificações de juros a cada uma das operações, poderão ser bonificadas pelo PO Madeira 14-20. O valor da bonificação de juros e da comissão de garantia a atribuir refletirá o nível da contragarantia de até 80% e 100% no caso das linhas COVID e será fixado no Protocolo a celebrar entre o IDE, IP-RAM, o FCG, as SGM e os bancos que venham a intervir nas operações de financiamento no âmbito da presente Linha de Crédito.
12. Investimento máximo em beneficiário final	A parte garantida dos empréstimos subjacentes, no âmbito desta Linha de Crédito, não podem exceder os €3.000.000 por empresa. No caso de o apoio ser concedido no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, o valor da garantia não pode exceder €1.500.000.

13. Características do FCG	Fundos de Contragarantia devidamente credenciados que assegurem, ou possam assegurar, a contragarantia automática e obrigatória das operações de garantia emitidas no seio do Sistema Nacional de Garantia Mútua.
14. Monitorização e Auditoria	O FCG e as PME investidas (Beneficiários Finais) deverão permitir e facilitar o acesso a documentação relacionada com o IF ao IDE, IP-RAM e a representantes da Comissão Europeia devidamente autorizados para realizar atividades de controlo e auditoria. Para garantir tal autorização o gestor do IF deverá assegurar a inclusão desta medida nos contratos de financiamento.
15. Beneficiários Finais	Empresas certificadas por declaração eletrónica do IDE, IP-RAM como PME. As PME beneficiárias das linhas COVID deverão manter os postos de trabalho pelo período acordado em sede de protocolo.
16. Condições de elegibilidade dos Beneficiários Finais	<ul style="list-style-type: none"> a. Estarem legalmente constituídos; b. Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do acordo de financiamento e durante todo o contrato de empréstimo; c. Serem preferencialmente PME na aceção da Recomendação 2003/361/CE da Comissão, devendo comprová-lo até à data dos financiamentos pelos intermediários financeiros através da Certificação Eletrónica de PME, emitida de acordo com o determinado pelo Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro; d. No caso das empresas beneficiárias das linhas COVID as condições serão ajustadas em documento celebrado entre as partes (protocolo).
17. Programas Operacionais e Prioridades de Investimento (PI)	<p>PO Madeira 14-20</p> <p>PI 3.c: Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços</p>
18. Condições aplicáveis aos Beneficiários Finais	<ul style="list-style-type: none"> a) Se o apoio for concedido no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1407/2013 - auxílios de minimis – deve ser observado ainda o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> i. O montante total do auxílio de <i>minimis</i> concedido por um Estado-Membro a uma empresa única, tal como definido no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro, não pode exceder 200 000 EUR durante um período de três exercícios financeiros (100 000 EUR para empresas de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem); ii. Aplica-se exclusivamente aos auxílios relativamente aos quais é possível calcular com precisão, <i>ex ante</i>, o equivalente-subvenção bruto do auxílio, sem qualquer necessidade de proceder a uma apreciação de risco («auxílios transparentes»); iii. Os auxílios incluídos em subvenções ou bonificações de juros são considerados como auxílios de minimis transparentes; iv. Os auxílios incluídos em garantias são considerados auxílios de minimis transparentes, se: <ul style="list-style-type: none"> ▪ O beneficiário não estiver sujeito a processo de insolvência nem preencher os critérios, nos termos do seu direito nacional, para ficar

	<p>sujeito a processo de insolvência, a pedido dos seus credores. No caso de grandes empresas a beneficiária deve, pelo menos, estar numa situação comparável à situação B, em termos de avaliação de crédito, e</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A garantia não exceder 80% do empréstimo subjacente e o montante garantido for de 1 500 000 EUR (ou de 750 000 EUR para empresas com atividade no transporte comercial rodoviário) com duração da garantia de cinco anos, ou de 750 000 EUR (ou de 375 000 EUR para empresas com atividade no transporte comercial rodoviário) com duração da garantia de dez anos; se o montante garantido for menor que os referidos montantes e/ou a garantia tiver uma duração menor que cinco ou dez anos respetivamente, o equivalente-subvenção bruto da garantia é calculado em termos de proporção correspondente do limiar pertinente fixado no artigo 3.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1407/2013; ou ▪ O equivalente-subvenção bruto tiver sido calculado com base nos prémios de limiar de segurança estabelecidos numa Comunicação da Comissão; ou ▪ Antes de ser implementada, a metodologia destinada a calcular o equivalente-subvenção bruto da garantia tiver sido notificada à Comissão ao abrigo de outro regulamento adotado pela Comissão no domínio dos auxílios estatais aplicável na altura, e deferida pela Comissão como observando a Comunicação relativa aos auxílios estatais sob forma de garantias ou qualquer Comunicação posterior e a metodologia aprovada abordar expressamente o tipo de garantias e o tipo de transação subjacente em causa no contexto da aplicação do presente regulamento. <p>b) Os investimentos a apoiar através de instrumentos financeiros não podem estar materialmente concluídos ou totalmente executados na data da decisão de financiamento;</p> <p>c) Não são enquadrados auxílios às atividades relacionadas com a exportação para países terceiros ou Estados-Membros, nomeadamente os auxílios diretamente associados às quantidades exportadas, à criação e funcionamento de uma rede de distribuição ou a outros custos correntes ligados à atividade de exportação;</p> <p>d) Não são enquadrados auxílios subordinados à utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos importados;</p> <p>e) A acumulação de apoios através de instrumentos ao abrigo da presente linha, com outros incentivos do Programa Portugal 2020 deve ser analisada no âmbito da legislação comunitária;</p> <p>f) Para os apoios no âmbito Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19 - Comunicação da Comissão de 19 de março de 2020 [C(2020) 1863] e das suas alterações [C(2020) 2215, de 3 de abril de 2020, C(2020) 3156, de 8 de maio de 2020, C(2020) 4509, de 29 de junho de 2020, C(2020) 7127, de 13 de outubro de 2020, deverá ser igualmente considerado estabelecido</p>
--	--

	<p>nas seguintes seções:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Seção 3.1 – Montantes limitados de auxílios b) Seção 3.2 – Auxílios sob a forma de garantias de empréstimos c) Seção 3.4 – Auxílios sob a forma de garantias e empréstimos canalizados através de instituições de crédito ou de outras instituições financeiras
<p>19. Condições a observar na montagem do IF</p>	<p>Um IF que conceda garantias a empresas elegíveis deve preencher as seguintes condições:</p> <p>Como resultado da medida, o intermediário financeiro deve realizar investimentos que não teriam sido realizados, ou que teriam sido realizados de forma limitada ou diferente sem a concessão do auxílio. O intermediário financeiro deve ser capaz de demonstrar que recorre a um mecanismo que garante que todas as vantagens são repercutidas, tanto quanto possível, nos beneficiários finais, sob a forma de um maior volume de financiamento, carteiras mais arriscadas, requisitos inferiores em termos de garantias, prémios de garantia mais baixos ou taxas de juro mais baixas.</p> <p>Definição de rácio multiplicador para IF com garantias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Obtenção de um rácio multiplicador adequado entre o montante da contribuição do programa reservado para cobrir as perdas previstas e inesperadas de novos empréstimos ou de outros instrumentos de partilha de risco abrangidos pelas garantias e o valor dos novos empréstimos desembolsados ou dos outros instrumentos de partilha de risco; b) Este rácio multiplicador será obtido através de uma avaliação prudente do risco realizada previamente para uma garantia específica oferecida, tendo em conta as condições de mercado específicas, a estratégia de investimento do instrumento financeiro, e os princípios de economia e eficiência. A avaliação prévia do risco pode ser revista se as condições subsequentes do mercado assim o justificarem; c) A contribuição do programa autorizada para honrar as garantias deve refletir essa avaliação de risco previamente efetuada; d) Se o intermediário financeiro ou a entidade que beneficia das garantias não pagar aos beneficiários finais o montante previsto dos novos empréstimos ou outros instrumentos de partilha de risco, as despesas elegíveis devem ser reduzidas proporcionalmente.
<p>20. Setores e Atividades excluídos</p>	<p>Estão excluídos os projetos que incidam nas seguintes atividades (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas - CAE, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro):</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Financeiras e de seguros – divisões 64 a 66; b) Defesa – subclasses 25402, 30400 e 84220; c) Lotarias e outros jogos de aposta – divisão 92. d) Devido a restrições europeias específicas em matéria de auxílios

	<p>estatais, são também excluídos os projetos de empresas destinatárias finais:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. No setor da pesca e da aquicultura, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1379/2013, de 11 de dezembro, que estabelece a organização comum dos mercados dos produtos da pesca e da aquicultura, altera os Regulamentos (CE) n.º 1184/2006 e (CE) n.º 1224/2009 do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 104/2000 do Conselho; ii. No setor da produção agrícola primária nos termos definidos no Regulamento (UE) n.º 651/2014, na sua redação atual, de 16 de junho; iii. Empresas que desempenham atividades intra grupo e cujas atividades principais se inserem nas subdivisões 70.10 «Atividades das sedes sociais» ou 70.22 «Atividades de consultoria para os negócios e outra consultoria para a gestão» da NACE Rev. 2; iv. No setor de transformação e comercialização de produtos agrícolas previsto no anexo I do Tratado e produtos florestais, conforme estabelecido no Acordo de Parceria no âmbito da delimitação entre fundos da Política da Coesão e FEADER e FEAMP, quando se trate de projetos de investimento empresarial: desenvolvidos em explorações agrícolas (quando a matéria prima provém maioritariamente da própria exploração), ou desenvolvidos por Organizações de Produtores, ou com investimento total igual ou inferior a €4 milhões.
<p>21. Outros requisitos adicionais</p>	<p>Deverá ser formalizado um protocolo a celebrar entre o IDE, IP-RAM, o FCG selecionado, as SGM e os Bancos aderentes em que sejam definidas as seguintes obrigações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Os beneficiários finais devem ser informados de que o financiamento é concedido no quadro dos programas cofinanciados pelos FEEL, em conformidade com os requisitos estabelecidos no artigo 115.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, na sua redação atual, e que ao mesmo são aplicáveis as regras europeias em matéria de auxílios estatais, designadamente o requisitos e limites máximos de auxílio estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro e do quadro temporário. b) O Banco assegurará, por recurso ao IDE, IP-RAM, previamente à concessão do financiamento, que estão verificados os requisitos condicionais referentes aos BF e à finalidade do financiamento, bem como não se encontram ultrapassados os limites máximos dos auxílios definidos na legislação europeia aplicável, conforme referido no ponto 18. c) As SGM têm a obrigação de verificar, antes da celebração do contrato de garantia, que as verificações a que se refere a alínea b) foram asseguradas pelos Bancos. d) O FCG deve assegurar que os Bancos acautelam as verificações a que se refere a alínea b). e) O IDE, IP-RAM terá as tarefas de enquadramento das operações, tem a

	<p>responsabilidade de assegurar o cumprimento das seguintes obrigações regulamentares:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Identificação e enquadramento da tipologia do projeto a apoiar, nomeadamente, garantindo a exclusão de operações de financiamento destinadas à aquisição de terrenos, imóveis, viaturas e bens em estado de uso; ii. Controlo dos limites fixados para o financiamento, em particular, assegurando a articulação necessária para que empresas com candidaturas aprovadas no âmbito do programa Portugal 2020 possam financiar exclusivamente fundo de maneo, no cumprimento das regras comunitárias (CRII); iii. Enquadrar cada operação de financiamento no regime de auxílio a aplicar, garantindo o cumprimento dos limites máximos de apoio comunitário; iv. Controlo do cumprimento das condições de elegibilidade dos Beneficiários Finais, definidas no ponto 18 da presente Ficha de Produto. <p>f) O IDE, IP RAM irá comunicar às empresas beneficiárias dos financiamentos contratados ao abrigo da presente Linha, que deverão publicitar um cartaz, disponibilizado por este, onde inclua uma menção expressa ao apoio da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Madeira 14-20, do Portugal 2020 e de FEDER, e informar ainda acerca da possibilidade das empresas beneficiárias virem a ser sujeitas a auditorias e demais procedimentos de controlo dos apoios, de acordo com os normativos legais aplicáveis no âmbito das Autoridades de Gestão do Portugal 2020 e do FEDER.</p> <p>g) O Banco promoverá ativamente a utilização da Linha, nomeadamente ao nível da sua página da internet, informando as PME sobre as oportunidades de financiamento e fazendo referência expressa, em todos os meios utilizados para a divulgação da Linha, ao apoio das Autoridades de Gestão do Programa Operacional Regional Madeira 14-20, do Portugal 2020 e FEDER. Igualmente as SGM promoverão a divulgação da Linha dentro das suas ações de marketing e ao nível da sua página de internet, fazendo igualmente referência expressa à parceria com a Banca e ao apoio da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Madeira, do PORTUGAL 2020 e FEDER.</p>
<p>22. Legislação aplicável, na sua redação atual</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro • Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro • Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho (RGIC) • Regulamento (UE) n.º 480/2014, de 3 de março (CDR) • Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro (CPR) • Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro • Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código da Contratação Pública) • Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto (Adapta à RAM o Código dos Contratos Públicos)

	<ul style="list-style-type: none">• Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19 - Comunicação da Comissão de 19 de março de 2020 [C(2020) 1863] e das suas alterações [C(2020) 2215, de 3 de abril de 2020, C(2020) 3156, de 8 de maio de 2020, C(2020) 4509, de 29 de junho de 2020, C(2020) 7127, de 13 de outubro de 2020.
--	---